

ELETIVAS 2026.2

1 - JUR 1080 – 2HX - LABORATÓRIOS DE DIREITO: EXTENSÃO EM LITÍGIO ESTRATÉGICO E DIREITOS HUMANOS (PROFESSORA ANDREA SCHETTINI)

O laboratório tem por objetivo desenvolver pesquisa teórica e empírica sobre formas de litígio internacional no campo dos Direitos Humanos. Partindo de uma abordagem crítica e interdisciplinar, pretende-se refletir sobre os impactos dos mecanismos internacionais na proteção nacional dos direitos humanos, no enfrentamento da violência estatal e na reparação das pessoas e grupos vitimados pelo Estado brasileiro. Em parceria com a ONG CEJIL (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) – organização regional que, desde o início dos anos 1990, atua no Sistema Interamericano de Direitos Humanos –, será desenvolvido o monitoramento da implementação de decisões da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro. Através do estudo de casos, escolhidos a cada período, será estimulada a reflexão sobre uma série de temas centrais, tais como: os modos de litigância estratégica; os aspectos do processo internacional em Direitos Humanos; o exercício do controle de convencionalidade; o (des)cumprimento de decisões internacionais; e as formas de implementação das reparações às vítimas de violações de direitos humanos.

2 - JUR1081 –2HA – LABORATÓRIO DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE (PROFESSOR THIAGO RAGONHA VARELA)

Nesse laboratório serão estudadas as ações de controle concentrado, ADI, ADC, ADI por omissão, Representações Estaduais de Inconstitucionalidade, Ação de Representação Interventiva e ADPF. Serão estudados o objeto, legitimados e o processo e julgamento dessas ações. Também serão feitas pesquisas de jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e a elaboração de peças práticas sobre essas ações.

3 - JUR1082 –2HA – LABORATÓRIO DO SUPREMO – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (PROFESSORA ANA LUIZA SARAMAGO STERN)

O laboratório do Supremo vai agregar estudos e pesquisas sobre o STF em três eixos temáticos:

1. Histórico e composição do STF – estudo sobre julgamentos históricos da corte e formas e critérios de sua composição.
2. Jurisdição constitucional e democracia – estudo sobre o papel da jurisdição constitucional, competências e limites de atuação do STF e relação do STF com os outros Poderes e o Estado Democrático de Direito
3. Jurisprudência – debates e comentários sobre os julgados do Supremo, decisões recentes e casos em trâmite na suprema corte.

As aulas prezarão pelo debate a partir da leitura de textos e discussões participativas. Não é necessário pré-requisito.

4 - JUR1084 –2HA – LABORATÓRIO DE DIREITO – ABORDAGEM PRÁTICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA (PROFESSORA FERNANDA FERREIRA PRADAL)

Disciplina voltada a reflexões e experiências sobre a prática da justiça restaurativa e sua relação com a justiça comunitária, a não violência e os estudos de paz, a comunicação não-violenta, entre outros. A metodologia da disciplina será formada por exposições dialogadas, oficinas práticas e estudos de caso provenientes da prática da justiça restaurativa no âmbito do Grupo Interdisciplinar de Métodos Extrajudiciais de Gestão de Conflitos (GIMEC) do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

**5 - JUR1090 –2HA – JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA -
(PROFESSORA ANDREA SCHETTINI)**

Perspectiva histórica, conceitual, institucional, política e prática da justiça de transição. Mecanismos judiciais e quase-judiciais. Normativas internacionais e nacionais. Lutas sociais e medidas oficiais em matéria de memória, verdade, justiça e não repetição de graves violações de direitos humanos na América Latina.

**6 - JUR1094 –2HA – DIREITO SOCIOAMBIENTAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA
(PROFESSORA VIRGÍNIA TOTTI GUIMARAES/ DANIELLE MOREIRA) –
VIRTUAL**

Direito, território e comuns. Direito humano ao meio ambiente e ao clima estável e seguro. Emergência ambiental e climática. Conflitos ambientais e climáticos. Injustiça e racismo ambiental e climático.

7 - JUR1096–2HA-DIREITO DESPORTIVO (PROFESSOR JOB GOMES) VIRTUAL

Breve histórico esportivo. O movimento olímpico e as diversas modalidades esportivas. As modalidades esportivas e a distinção entre esporte e desporto. O voleibol, basquete e o futebol perante o Direito. O Jogo de xadrez e a sua controversa natureza esportiva. Atletas profissionais e amadores no esporte. A lex sportiva e a evolução da legislação desportiva. A constitucionalização do esporte no Brasil. Racismo, homofobia, machismo e outras intolerâncias no esporte. O esporte eletrônico e o Direito. O fim do passe no futebol e as cláusulas legais. O Contrato de Imagem e o Direito de Arena. Os meios de resolução de litígios no Esporte.

**8 - JUR1098–2HA-DIREITO E GÊNERO (PROFESSORA MARIANA IMELLONI)
VIRTUAL**

Genealogia e usos dos estudos de gênero. Teorias feministas, histórico e estado da arte. Gênero, raça e classe: intersecções, imbricações e sistema normativo. Metodologias feministas no Direito. Gênero enquanto categoria de análise para o Direito. Julgamentos feministas. Temas em Direito e Gênero nos ramos do Direito.

**9 - JUR1111 –2HA - DIREITO AMBIENTAL (PROFESSORA PAULA MÁXIMO)
VIRTUAL**

Tutela jurídica do meio ambiente: o direito ambiental na constituição de 1988. Competências legislativas. Cidadania e meio ambiente: estudo prévio de impacto ambiental. Informação ambiental. Prevenção e reparação do dano ambiental: responsabilidade civil por danos ao meio ambiente (lei 7347/85). Poder de polícia ambiental: licenciamento ambiental, zoneamento ambiental, padrões ambientais. Proteção do patrimônio natural. Unidades de conservação da natureza, regime jurídico. Código florestal (lei 4771/65). Poluição atmosférica. Poluição das águas doces, mares e zonas costeiras. Poluição do solo: resíduos industriais, tóxicos e perigosos. Poluição sonora. Proteção do patrimônio cultural: regime jurídico do tombamento. Direito ambiental penal. Direito ambiental internacional

**10 - JUR1353 – 2HA- CONTABILIDADE PARA O DIREITO – (FINANÇAS DA
COMPANHIA) - (PROFESSOR MANOEL VARGAS)**

Noções básicas de contabilidade. Finanças e Demonstrações financeiras das companhias. Capital Social. Modificação do Capital. Lucro, reservas e dividendos. Grupos econômicos.

**11 - JUR1750 -2HA – SEGURIDADE SOCIAL (PROFESSOR JOB ELOISIO) –
VIRTUAL.**

Seguridade social. Saúde. Previdência Social. Assistência Social. Aspectos Constitucionais. Direito Previdenciário. As relações jurídicas previdenciárias de custeio e de benefício. Segurados. Dependentes. Beneficiários. Contribuintes. Os benefícios e serviços previdenciários. Acidentes do Trabalho. O custeio da seguridade social.

12 - JUR1855–2HA - DIREITO DA INFORMÁTICA (PROFESSOR GILBERTO ALMEIDA) – VIRTUAL.

Reconhecimento do direito da informática como área de especialização (conceito, abrangência e método). O tratamento jurídico de questões postas pela ou sobre a informática e sua confluência com outros ramos do direito. Direito de informática e direito constitucional. A questão da propriedade intelectual. Teoria das obrigações e contratos eletrônicos. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Abuso do poder econômico. Proteção dos direitos da personalidade. Questões de natureza tributária. Aspectos da criminalidade informática. Direito do trabalho e direito da informática. Direito internacional privado: aspectos pertinentes à jurisdição e foro competente.

13 - JUR1920 - 2HA - DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, OFICINA TEORICA E PRÁTICA (PROFESSORES AGNES E VITOR ALMEIDA) VIRTUAL

modelos de abordagem da deficiência. Modelo social. Direitos humanos das pessoas com deficiência. Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com deficiência: princípios, igual capacidade e apoio. Lei Brasileira de Inclusão. Conceito de deficiência. Capacitismo. Igualdade e na discriminação. Acessibilidade. Direito à saúde. Direito à educação. Direito ao trabalho. Direito à moradia. Direito ao transporte e mobilidade. Direito à cultura. Importância da acessibilidade e guia de boas práticas. Leitura de sinais, braille , audiodescrição , a função do leitor/transcritor, outras ferramentas de acessibilidade.

14 - JUR1921 – 2HA – LAW AND SOCIETY IN BRAZIL: A CULTURAL APPROACH (PROFESSORA AGNES CHRISTIAN CHAVES FARIA A DYBOVA)

An overview of Brazilian legal culture, institutions, landmark cases, and everyday practices, connecting law to broader social issues and cultural contexts.

15 - JUR1922 / 2HA- TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO FINANCEIRO (PROFESSOR FIRLY NASCIMENTO FILHO) - VIRTUAL

II. EMENTA

Princípio da igualdade material e proibição de discriminação. Marcadores sociais da diferença: os conceitos de gênero e raça. Interseccionalidade. Direito e relações raciais e de gênero. A teoria do impacto desproporcional. Crítica normativo-institucional sobre o funcionamento do sistema de justiça. Julgamento com Perspectiva de Gênero. O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero e Raça. Fundamento normativo. Antecedentes históricos. Congêneres na legislação estrangeira. Julgamento com Perspectiva de Gênero por ramos do Direito. As implicações sobre o Sistema de Justiça.

16 - JUR1923-2HA – BIOPOLÍTICA, VERDADE E RACISMO DE ESTADO (PROFESSORA BETHANIA DE ALBUQUERQUE ASSY)

E se, a partir de novas tecnologias de governo, o poder da soberania sobre a vida tivesse invertido seu cálculo? Na fundação disto que conhecemos por Modernidade Política, a Soberania se constituía a partir de um binarismo determinante sobre a vida: deixar viver e fazer morrer. Mas para Michel Foucault, a partir de um certo momento, uma série de tecnologias e dispositivos discursivos transformaram a perspectiva segundo a qual se governava a vida: agora se fazia viver e se deixava morrer. Ou seja, em vez de gerir a morte, buscava gerir e otimizar a vida a partir da disciplina dos corpos individuais e da regulação das populações. Mas de que maneira isto se relaciona com a constituição da Verdade enquanto discurso fundamentado, também, em relações de poder? Além disso, se pensarmos da perspectiva do racismo de Estado, se o biopoder tem como objetivo fazer viver, como explicar os massacres e genocídios modernos e contemporâneos? É o que buscamos investigar na presente disciplina eletiva.

17 - JUR1924-2HX – FUNDAMENTOS DA TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA (PROFESSOR GUSTAVO JUNQUEIRA CARNEIRO LEÃO)

Origem. Conceito de Renda. Fato Gerador. Generalidade e Universalidade. Progressividade. Bitributação econômica. IRPF. IRPJ. Lucro Real. Lucro Presumido e Arbitrado. Tributação dos ganhos de K. Imposto de Renda na Fonte.

18 - JUR1925-2HA – CRIMES EM ESPÉCIE: INOVAÇÕES DO CÓDIGO PENAL E LEGISLAÇÃO (PROFESSORA BRUNA PORTELLA) - VIRTUAL

O conteúdo da disciplina abrange inovações legislativas recentes do Código Penal (crime de feminicídio, crimes contra o Estado Democrático de Direito) e tipos penais previstos na legislação extravagante (lei de drogas, lei Maria da Penha, lei Caó). Pretende-se interpretar os tipos de uma perspectiva dogmática, a partir de doutrina e jurisprudência, e criminológica crítica, com artigos científicos do campo do Direito e Sociologia.

19 - JUR1926 – 2HA – DIREITO MARÍTIMO (PROFESSOR THEOPHILO MIGUEL) VIRTUAL

Ementa: 1. História do Direito Marítimo, 1.1 conceito, 1.2 autonomia, 1.3 fontes do direito marítimo; 2. Tribunal Marítimo, 2.1 criações, 2.2 naturezas jurídica, 2.3 composições do colegiado, 2.4 jurisdições, 2.5 competências; 3. Procuradoria Especial da Marinha, 3.1 composições, 3.2 competências, 3.3 jurisdições; 4. Incidentes da Navegação, 4.1 acidentes da navegação, 4.2 fatos da navegação; 5. Inquérito marítimo, 5.1 naturezas jurídica, 5.2 competências, 5.3 elementos essenciais, 5.4 defesas prévia; 6. Processo no Tribunal Marítimo, 6.1 iniciativas pública e privada, 6.2 suspeição e impedimento dos juízes, 6.3 distribuições dos processos, 6.4 recebimentos da representação, 6.5 citações, 6.6 defesas técnica, 6.7 audiências, 6.8 instrução, 6.9 provas, 6.10 perícia, 6.11 alegações finais, 6.12 julgamento, 6.13 recursos: embargos de declaração, agravo, embargos de nulidade ou infringentes, 6.14 penalidades aplicáveis; 7. Assuntos controvertidos, 7.1 eficácias das decisões do Tribunal Marítimo (TM), 7.2 o voto de Minerva no TM, 7.3 sobrestamentos do processo civil para aguardar decisão do TM – CPC/2015, 7.4 ações anulatória contra acórdão do TM.

20 - JUR1927 – 2HX / REFORMA TRABALHISTA (PROFESSOR JOÃO BATISTA BERTHIER)

A reforma trabalhista. Grupo de empregadores. O conceito de tempo à disposição do empregador. Jornadas de trabalho. Sistema de compensação. Teletrabalho. Trabalho intermitente. A figura do trabalhador autônomo exclusivo. O distrato do contrato de trabalho. Rescisão do contrato de trabalho. Dispensa em massa. Plano de demissão voluntária ou incentivada. Dano extrapatrimonial. Representação dos empregados na empresa. Contribuições sindicais. Flexibilização. Aspectos processuais da reforma.

21 - JUR1927 – 2HA/ INTERNATIONAL COMMERCIAL CONTRACTS (PROFESSOR LAURO GAMA) VIRTUAL.

This course aims to provide undergraduate law students with a comprehensive understanding of the life cycle of international commercial contracts. It will cover key aspects such as contract formation, interpretation, performance, non-performance, remedies for breach, exemptions and dispute resolution. By the end of the course, students will have acquired a strong foundation in the principles and practices governing international commercial contracts, enabling them to effectively draft, analyze, and negotiate such contracts.

22 - JUR1928 – 2HA – COMPLIANCE CRIMINAL E INVESTIGAÇÕES PRIVADAS NO ÂMBITO DE CORPORAÇÕES - (PROFESSOR IVAN FIRMINO SANTIAGO DA SILVA) VIRTUAL

Conceito e estrutura do compliance criminal. 2. Compliance e investigações privadas corporativas: diferenciação entre os institutos e relação de complementariedade. 3. Fraudes e pessoas jurídicas. 4. Modalidades de investigações privadas corporativas. 5. Procedimento investigatório: instauração, condução e conclusão da investigação. 5.1. Meios investigativos, garantias individuais do investigado e das testemunhas, provas digitais e preservação da cadeia de custódia. 5.2. Relatório final da investigação, possíveis conclusões, encontro de outros fatos, divulgação e providências possíveis. 6. Investigações para fins de realização de acordo de leniência nas leis anticorrupção e de defesa da concorrência e de termos de compromisso na CVM e no BACEN. 7. Conclusões criminais das investigações internas (ANPP e delação premiada). 8. Reflexo das investigações internas nas obrigações regulatórias das companhias abertas e nos deveres fiduciários de seus administradores. 9. Investigações internas com foco na lei de práticas de corrupção no exterior (FCPA).

23 - JUR1929 – 2HA – ENVIRONMENTAL LAW AND DIFFUSE RIGHTS PROTECTION (PROFESSORA ISABELLA FRANCO GUERRA) VIRTUAL

FUNDAMENTAL RIGHTS. ENVIRONMENT. UNITED NATIONS AND INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL TREATIES. RIGHT TO A CLEAN, HEALTHY AND SUSTAINABLE ENVIRONMENT. ENVIRONMENTAL RULE OF LAW AND ACCESS RIGHTS. BRAZIL' S CONSTITUTION. THE ENVIRONMENT IN THE CONSTITUTIONS OF ECUADOR AND BOLIVIA: GOOD LIVING. DIFFUSE RIGHTS. COLLECTIVE PROTECTION IN BRAZIL. PUBLIC CIVIL ACTION –RULE 7.347/1985 OF CIVIL PROCEDURE.

24 - JUR1931 – 2HA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (PROFESSOR THEOPHILO MIGUEL) – VIRTUAL

UNIDADE I – O Cenário de Construção da Improbidade Administrativa 1. Autonomia constitucional e definição de improbidade administrativa 2. Sujeitos. Definição de agente público (agentes políticos e outros) e demais responsáveis jurídicos (convênio, consórcio, terceiro setor e parceiros privados)

UNIDADE II - Atos de Improbidade Administrativa 1. A estrutura normativa dos atos de improbidade 2. Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito 3. Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário 4. Atos que atentam contra os princípios da administração 5. Controle judicial do ato de improbidade

UNIDADE III – Sanções, Prescrição e Decadência 1. Introdução 2. As sanções em espécie (art. 37, §§ 4º e 5º, CF e art. 12 da LIA) 3. O critério de aplicação das sanções 4. Prescrição e Decadência

UNIDADE IV - Procedimento Administrativo e Processo Judicial 1. Inquérito Civil 2. Legitimidade ativa 3. Causa de pedir e pedido 4. Legitimidade passiva e competência 5. Pedido cautelar 6. Análise da petição inicial 7. Fase instrutória 8. Sentença

25 - JUR1932 – 2HA – DIREITO MÉDICO (PROFESSORA PAULA MOURA) - VIRTUAL

Ementa 1 - Introdução ao Direito Médico: evolução, fontes e relação entre o Direito e a Medicina 2 - Biodireito e Bioética: conceitos, princípios fundamentais. 3 - Relação médico-paciente: normas éticas (Código de Ética Médica) e jurídicas. Direito do consumidor na área da saúde. 4 - Contrato de prestação de serviço médico: sujeitos, direitos e deveres. Obrigação de meio e de resultado. 5 - Ato médico: objeto da prestação de serviço. 6 - Consentimento livre e esclarecido: forma, objeto e capacidade. 7 - Documentos médicos e sigilo profissional. 8 - Remuneração Profissional. 09 - Relação entre médicos. Auditoria e perícia médica. 10 - Ensino e pesquisa médica. 11 - Publicidade Médica. 12 - Reprodução humana assistida. 13 - Terminalidade da vida. Autonomia do paciente, diretivas antecipadas de vontade e recusa terapêutica. 14 - Responsabilidade civil médico-hospitalar: conceito e elementos. 15- Telessaúde, Telemedicina e Inteligência Artificial: novas tendências da responsabilidade civil médica. 16 - Estudos de casos.

26 - JUR1932 – 2HX – DIREITOS HUMANOS E TRABALHO (JOÃO BATISTA BERTHIER)

Direitos humanos e trabalho. Direitos Fundamentais do trabalhador. A Constituição da República e os direitos sociais dos trabalhadores. As Convenções da Organização Internacional do Trabalho. O trabalho escravo. Os Direitos da Personalidade do trabalhador. Trabalho da criança e do adolescente. Trabalho da mulher. Trabalho da pessoa com deficiência.

27 - JUR1933 – 2HA – EXPERIMENTAL PHILOSOPHY AND JURISPRUDENCE: MORALITY, LAW AND THE EMPIRICAL TURN (PROFESSOR NOEL STRUCHINER)

This course explores how experimental methods have reshaped our understanding of moral concepts and legal theory. Interdisciplinary in nature, the course critically analyzes the design, execution, and results of experiments in moral philosophy ("x-phi") and experimental jurisprudence, discussing their impact on traditional philosophical and legal debates. Students will engage with recent empirical research, reflect on conceptual analysis, and critically evaluate the value and limits of experiments for ethics and law.

28 - JUR1934 – 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO, JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUPREMA CORTE NORTE-AMERICANA (PROFESSOR PAULO MARCELO DE MIRANDO SERRANO) VIRTUAL.

A disciplina apresenta casos históricos da Suprema Corte Norte-Americana, de 1803 a 1973/2022, analisando sua influência nas decisões do Supremo Tribunal Federal brasileiro (Marbury v. Madison, 1803; Dred Scott v. Sandford, 1857; Brown v. Board of Education, 1954; Gideon v. Wainwright, 1963; Miranda v. Arizona, 1966; e Roe v. Wade, 1973/2022).

29 - JUR1935 – 2HX - DIREITO FINANCEIRO (PROFESSORA FRANCIS WALESKA)

Atividade Financeira do Estado. Direito Financeiro. Orçamento Público. Despesa Pública. Receita Pública. Crédito Público. Controle Externo.

30 - JUR1935 – 2HA / TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO FINANCEIRO (PROFESSOR LUIZ EMYGDIO) - VIRTUAL

Direito Financeiro, ramo do Direito Público, abrange o estudo da atividade financeira do Estado, compreendendo a despesa pública, a receita pública, o orçamento público, o crédito público e a lei de responsabilidade fiscal, que é de grande importância para o estudo da matéria. O Direito Financeiro gerou o nascimento do Direito Tributário e é disciplinado pela Constituição Federal e pela lei complementar 4320, de 1964.

31 - JUR1937 – 2HA – COMMON LAW VERSUS CIVIL LAW (PROFESSORA TERESA CRISTINA GONÇALVES PANTOJA) – VIRTUAL

Initial notions of the historical distinctions between Civil Law and Common Law. Examples of difficulties inherent to the adoption of one or the other system, in present times. The influence of the constitutional order on both systems. The notion of equity in Common Law. Diversified examples. The notion of stare decisis in Common Law. The notion of res judicata in Civil Law. The notion of good faith in Civil Law. Is there a possibility of conciliation between both systems? Both Common Law and Civil Law are essentially non-religious systems. The influence of religious faith on contemporary civilizations. The gradual convergence of both prevailing legal systems of the Western world. The field of commercial arbitration as a cause for closer proximity between both legal systems. Corporate governance as a second reason for that proximity. Conclusions.

32 - JUR1939 – 2HX – SOCIEDADE, DIREITO E CULTURA NO MUNDO ANTIGO (PROFESSOR CARLOS GUSTAVO VIANNA DIREITO) – VIRTUAL

A RELEVÂNCIA DOS CLÁSSICOS GRECO-LATINOS PARA A COMPREENSÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR ENTRE FILOSOFIA E DIREITO

DESCRIÇÃO: ESTE CURSO EXPLORA A IMPORTÂNCIA PERENE DOS CLÁSSICOS GRECO-LATINOS NA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. ATRAVÉS DA LENTE DA MODERNA TEORIA DA RECEPÇÃO, E COM ÊNFASE NAS TRADUÇÕES RECENTES PARA O PORTUGUÊS, SERÃO EXAMINADOS OS TEXTOS FUNDAMENTAIS DA ARTE E DA FILOSOFIA ANTIGAS. O OBJETIVO É PROMOVER UMA LEITURA CRÍTICA E CONSTRUTIVA, VALORIZANDO AS DIVERSAS CAMADAS INTERPRETATIVAS ACUMULADAS AO LONGO DO TEMPO. OS ALUNOS SERÃO INCENTIVADOS A ANALISAR OBRAS DE HOMERO, SÓFOCLES, PLATÃO, CÍCERO E OUTROS AUTORES GRECO-ROMANOS, BUSCANDO EXTRAIR SUAS PRÓPRIAS ANÁLISES CRÍTICAS SOBRE OS CONCEITOS DE DIREITO E JUSTIÇA DENTRO DOS CÂNONES CULTURAIS OCIDENTAIS.

33 - JUR1940 – 2HA - TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XXI. DIREITO DO PETRÓLEO (PROFESSORA FLÁVIA LIMMER) VIRTUAL

Sistemas reguladores da propriedade dos recursos minerais. Regimes jurídicos de outorga e regulação das concessões. As licitações da ANP. O contrato de concessão. Os segmentos da indústria petrolífera: upstream, downstream. Categorias básicas de contratos para a exploração e produção de petróleo. Os contratos na área de refino. O transporte. A distribuição e a revenda. As parcerias na indústria do petróleo. Importação e exportação. Direito da concorrência. Tributação das atividades petrolíferas e regimes aduaneiros aplicáveis. Direito ambiental e padrões de responsabilização civil.

34 - JUR1941 – 2HA - TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL. (PROFESSORA FERNANDA MEDINA PANTOJA) VIRTUAL

O tratamento dos litígios na contemporaneidade exige o domínio estratégico das ferramentas e técnicas processuais. A disciplina compreenderá o estudo de temas relevantes de processo civil, com direcionamento à prática do contencioso cível e empresarial, a partir uma abordagem doutrinária, prática e da análise de dados empíricos, tais como os custos de um litígio e os meios possíveis e adequados de solução, os espaços e incentivos ao consenso, os cuidados na escolha da via arbitral, a estratégia pré-contenciosa através dos negócios processuais, as novas conformações objetivas e subjetivas do processo, a gestão da litigância repetitiva e o manejo dos mecanismos de criação de precedentes, o uso tático das tutelas provisórias, os desafios na condução de provas, as questões relevantes sobre o sistema recursal e fatores extrajurídicos dos julgamentos colegiados, o uso da tecnologia e da inteligência artificial nos processos jurisdicionais, entre outros.

35 - JUR1942-2HX – REGULAÇÃO NO SETOR DE ÓLEO E GÁS (PROFESSOR LUIZ CRISTIANO OLIVEIRA DE ANDRADE) – VIRTUAL

- Monopólio da União e concessões;
- Emenda Constitucional nº 9 /1995: flexibilização do monopólio da União e quebra do monopólio de exploração da Petrobras;
- Análise da Lei 9.478/1997 (Lei do Petróleo);
- Criação da ANP: natureza jurídica e áreas de atuação;
- Lei do Gás;
- Lei do Pré-Sal;
- As rodadas de licitações de áreas exploratórias. Declaração de Comercialidade. Contratos de Concessões;
- A política de conteúdo local;
- Principais resoluções da ANP: petróleo e derivados; gás natural; bicom bustíveis; qualidade dos produtos; distribuição e revenda; preços e defesa da concorrência; meio ambiente e sociedade;
- Subvenção ao Diesel;
- Aquecimento global e litigância climática. Caso Shell nos Países Baixos.

36 - JUR144 -2HA / REGIME JURÍDICO DE STARTUPS (PROFESSOR LUIZ CLÁUDIO SALLES CRISTÓFARO) – VIRTUAL.

A partir de conceitos teóricos, mas, sobretudo, utilizando exemplos concretos e exercícios práticos que provoquem debates sobre o tema, o curso objetiva dar aos alunos uma visão abrangente de diversos aspectos ligados à estrutura jurídica das Startups como veículos de inovação e desenvolvimento econômico.

EMENTA DA DISCIPLINA

Inovação e desenvolvimento econômico, conceito de “Startups”; Estrutura jurídica das Startups; as sociedades e os fundos de investimentos; investidores, oportunidades e riscos; regime jurídico das startups; Marco Legal das Startups; ciclo de vida das startups; investimento e desinvestimento.

37 - JUR145-2HA /TÓPICOS ESPECIAIS EM PROCESSO ADMINISTRATIVO (PROFESSOR MANOEL MESSIAS PEIXINHO) - VIRTUAL

1. Conceito de processo administrativo. 2. Princípios do processo administrativo. 3. Aplicação da LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/1942) ao processo administrativo. 4. Estrutura básica do processo administrativo da Lei nº 9784/1999. 5. Inteligência artificial aplicada ao processo administrativo. 6. Processos administrativos regidos por leis especiais.

Bibliografia

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo: São Paulo: Gen/Atlas, 2021.

NOHARA, Irene Patrício; MARRARA, Irene. Processo administrativo: São Paulo: RT, 2018.

SADDY, André (coord.). Inteligência artificial e direito administrativo. Rio de Janeiro: CEEJ, 2022.

38 - JUR147-2HA – JUIZADOS ESPECIAIS PARA AÇÕES DE CONSUMO E ÉTICA JURÍDICA EM JEC (PROFESSOR ADRIANAO BARCELOS) - VIRTUAL

Introdução histórica, juizado especial cível, juizado especial federal e juizado de fazenda pública, os princípios informativos das leis n.º 9.099/95, 10.259/01 e 12.153/2009, competência, legitimidade ativa nos juizados especiais, procedimento nos juizados especiais cível, federal e da fazenda pública, petição inicial, audiência de conciliação, resposta do réu, provas, audiência de instrução e julgamento, recursos, execução, ementas, jurisprudência, objeto da ação, petição inicial, audiência de conciliação, contestação, pedido contraposto, exceção de suspeição, exceção de impedimento, revelia, sentença, embargos de declaração, recurso inominado, reclamação, recurso extraordinário, execução

39 - JUR148 -2HA / SOCIEDADES LIMITADAS (PROFESSOR LUIZ CLÁUDIO SALLES CRISTÓFARO) – VIRTUAL.

EMENTA: A partir do estudo de caso a ser desenvolvido de forma colaborativa com a turma, se construirá uma hipótese que levará à elaboração em conjunto de um contrato social. Durante o processo de desenvolvimento do contrato, serão abordados os principais conceitos e as principais questões relacionadas às Sociedades Limitadas tais como a estrutura contratual, as cláusulas obrigatórias, a formação do capital social, a responsabilidade dos sócios, a administração da sociedade, a cessão e transferência de participação societária, as deliberações sociais, as divergências entre sócios, a resolução da sociedade em relação a parte de seus sócios, a dissolução e a liquidação da sociedade.

40 - JUR1949 -2HA / DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COM ASPECTOS INTERNACIONAIS: PROBLEMAS E SOLUÇÕES (PROFESSORA NADIA DE ARAÚJO) – VIRTUAL.

A família atualmente está em movimento e as questões jurídicas que surgem das relações familiares não estão restritas a um único país. Os primeiros problemas aparecem já na celebração do matrimônio, quando o casal tem nacionalidade ou domicílio diverso ou então se casa no exterior. Ainda com relação ao casal, há que ser enfrentada a questão da determinação do regime de bens e a partilha decorrente do divórcio. Há ainda as questões relativas aos filhos, como a guarda, convivência e alimentos, além do sequestro de menores. Finalmente, temos os problemas relativos à sucessão, seja através de um planejamento para o futuro, seja para resolver o inventário e partilha dos bens do falecido, em especial quando há herdeiros e bens em mais de um país. A disciplina vai analisar essas questões sob a ótica do Direito Internacional Privado, cujos tópicos relativos à jurisdição internacional, lei aplicável e cooperação jurídica internacional serão utilizados de norte para a solução dos problemas. Será dada ênfase a aspectos práticos, com análise do direito comparado e de jurisprudência. A disciplina será on-line, o que permitirá a participação de professores convidados de outros estados e outros países.

Tópicos:

Direito Internacional Privado: método e conflito de leis. Instituições: Conferência da Haia de Direito Internacional Privado. Casamento. Regime de Bens. Convenções da Haia sobre família: Sequestro de Menores, Proteção de criança. Alimentos no plano internacional (Convenção de NY e HCCH). Acordos Privados. Sucessão Internacional: regra aplicável, testamentos, regras de sucessão no CPC.

41 - JUR1950-2HA/TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XXXI. ASPECTOS FILOSÓFICOS E PSICOLÓGICOS DA TOMADA DE DECISÃO JURÍDICA (PROFESSOR NOEL STRUCHINER)

Na eletiva, serão discutidas as implicações de pesquisas recentes dos campos da psicologia moral e filosofia (moral) experimental para o direito e para a teoria do direito, mais especificamente, para a questão acerca da tomada de decisão jurídica. Nosso direito está repleto de formulações normativas que contêm conceitos vagos, moralmente carregados, como, por exemplo: dignidade, liberdade, justiça, moralidade, entre outros. Sendo assim, decisões jurídicas muitas vezes não são muito diferentes de decisões morais. Torna-se importante, portanto, investigar o que são decisões morais e como as mesmas funcionam. Filósofos e teóricos do direito, trabalhando dentro de um arcabouço excessivamente racionalista, têm sistematicamente negligenciado os resultados de pesquisas empíricas acerca do processo de decisão moral na construção de suas pesquisas. Filósofos e teóricos do direito costumam, por exemplo, defender fortemente suas teorias normativas da adjudicação (na maior parte, teorias normativas baseadas nos trabalhos de Dworkin e Alexy) de forma idealizada e sem considerar dados importantes que pretendemos levantar. O que se pretende fazer na disciplina é suprir essa lacuna e fornecer um delineamento dos esforços interdisciplinares que estão sendo realizados por filósofos experimentais e psicólogos morais no sentido de descrever como nossas decisões morais funcionam e pensar sobre as implicações dessas pesquisas para o campo jurídico.

42 - JUR1955 – 2HA/ BIO - DIREITO (PROFESSORES VITOR ALMEIDA) – VIRTUAL

Fundamentos do Biodireito e suas relações com a Constituição, os direitos humanos e o Direito Civil. Proteção da pessoa humana diante dos avanços científicos e tecnológicos. Direitos da personalidade e autonomia nas decisões existenciais. Consentimento informado e proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade. Reprodução assistida, filiação e planejamento reprodutivo. Genética, testes genéticos, edição genética e medicina personalizada. Inteligência artificial, saúde digital, telemedicina e proteção de dados pessoais em saúde. Pesquisa científica envolvendo seres humanos e aspectos éticos e jurídicos. Biobancos, uso secundário de dados e material biológico. Aspectos biojurídicos da transexualidade e da intersexualidade. Início e fim da vida: diretivas antecipadas de vontade, cuidados paliativos e tomada de decisões em saúde. Responsabilidade civil em saúde e nas novas biotecnologias. Perspectivas atuais do Biodireito.

43 - JUR1957–2HA/ MÍDIA, ENTRETENIMENTO E DIREITO (PROF. RICARDO BRAJTERMAN)

Aspectos jurídicos da propriedade intelectual; Mídia Impressa x Mídia eletrônica; Direitos e deveres do Jornalista; Liberdade de Expressão x Imagem, Intimidade e Princípio da Dignidade Humana; Direitos e deveres dos sites da internet; Direitos autorais nas artes; Os profissionais da arte (pintores, escultores, autores, iluminadores, cenógrafos, diretores, coreógrafos, figurinistas, contraregras, camareiros, músicos, atores, bailarinos, maquinistas); Contratos em televisão; Contratos em cinema; Contratos em teatro; Leis de incentivo à cultura;

44 - JUR1958 – 2HX – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO PROCESSUAL – (PROFESSOR FIRLY NASCIMENTO FILHO) – VIRTUAL

Processo e Direito Imobiliário: a) ação de consignação em pagamento; b) ação de revisão de aluguel; c) ação renovatória; d) ação de imissão na posse; e) ação de reintegração de posse; f) ação de manutenção de posse; g) ação de usucapião.

Processo e Direito de Família: a) ação de Separação Judicial; b) ação de Divórcio; c) ação de Alimentos; d) ação de Guarda; e) ação de Regulamentação de Visitas; f) ação de Partilha; g) ação de Investigação de Paternidade; h) ação Negatória de Paternidade; i) ação de Petição de Herança. Procedimentos extrajudiciais aplicáveis ao Direito Imobiliário e ao Direito de Família